

REQUERIMENTO N° , DE 2013 - CRE

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre a *sobre a Rio+20 e a Biodiversidade: Resultados e Perspectivas*, a ter lugar no Auditório do Interlegis, no dia 26 de abril de 2013 (sexta-feira).

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil sediou, em junho de 2012, a *Rio+20* – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável –, o maior encontro já realizado pela comunidade internacional. Ao lado das questões relativas à poluição do ar, solo e águas, a Rio+20 tratou em particular da proteção da biodiversidade, sobretudo no contexto das espécies ameaçadas de extinção e do combate à pobreza.

Passados mais de seis meses do evento, é importante discutir os passos dados pelo Brasil e pelos Estados-Partes, no sentido de implementar os compromissos firmados no Rio de Janeiro. Dados científicos apoiam a legítima preocupação mundial com a questão: dois terços dos serviços ecológicos que a Natureza coloca à disposição da humanidade estão em declínio, sendo que a destruição de habitats preciosos e o número de espécies ameaçadas de extinção aumentam em processo acelerado.

Em 2015, termina o prazo dos dez "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio" (ODMs), propostos pela ONU. Por isso, no documento político final da Rio+20, com mais de cinquenta páginas e acordado por 188 países – *O Futuro que Queremos* – os negociadores concordaram em adotar, a partir de então, novas metas globais, com indicadores sociais, ambientais e econômicos: os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O Futuro que Queremos trata da questão da proteção da Natureza numa perspectiva ampla, em que se inserem a Economia Verde, o consumo sustentável e a preocupação com milhões de pobres em todo mundo que, exatamente por falta absoluta ou insuficiência de oportunidades

sustentáveis, bem como de educação e tecnologia, são levados a explorar, de maneira predatória, os recursos naturais de que dependem para sua sobrevivência. Basta lembrar que 20% da população do mundo ainda carece de acesso à eletricidade e 2,7 bilhões de pessoas usam biomassa para cozinhar. Para *O Futuro que Queremos*, não deixa de ser "muito preocupante o fato de que um em cada cinco habitantes do planeta, ou seja, mais de um bilhão de pessoas, ainda viva em condições de extrema pobreza, e que um em cada sete – 14% da população mundial – seja subnutrido, e que problemas de saúde pública, incluindo as pandemias e epidemias continuem sendo ameaças onipresentes" (§ 21).

Aos negociadores reunidos no Rio de Janeiro pesou o desejo de instaurar uma nova ética ambiental. "A Terra e seus ecossistemas – afirma o documento final – são a nossa casa", sendo que "para alcançar um justo equilíbrio entre as necessidades econômicas, ambientais e sociais das gerações presentes e futuras, é necessário promover a harmonia com a natureza", cabendo-nos, com "abordagens holísticas e integradas do desenvolvimento sustentável", buscar "restabelecer a saúde e a integridade do Planeta Terra" (§§ 39 e 40).

Especificamente sobre a biodiversidade, após reafirmar "o valor intrínseco da diversidade biológica", *O Futuro que Queremos* alerta para "a gravidade da perda da biodiversidade e da degradação dos ecossistemas", o que prejudica "o desenvolvimento global", afetando ademais "a segurança alimentar e nutricional, e o acesso à água, bem como a saúde das populações rurais pobres e de pessoas em todo o mundo, incluindo as gerações presentes e futuras" (§ 197).

O *Colóquio sobre a Rio+20 e a Biodiversidade: Resultados e Perspectivas*, organizado em colaboração com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas, o Ministério do Meio Ambiente, o PNUMA, a UICN e várias outras instituições, visa a reunir especialistas brasileiros e estrangeiros, tanto do governo, como da academia, para, em primeiro lugar, fazer um balanço do documento final *O Futuro que Queremos*. Além disso, passar em revista as medidas a serem adotadas nos próximos anos e a posição do Brasil nesse amplo debate global, que tem repercussões dorsais na nossa política externa

e segurança nacional. Com os olhos postos na realidade brasileira, avulta a importância do Congresso Nacional e do Judiciário, pois, segundo *O Futuro que Queremos*, o desenvolvimento sustentável exige "ampla participação pública e o acesso à informação e às instâncias judiciais e administrativas" e "requer o envolvimento e a participação ativa e concreta dos órgãos legislativos e judiciários nos níveis regional, nacional e subnacional" (§ 43).

Sala da Comissão,